

**Veículo:** Jornal A Crítica  
**Editoria:** Política  
**Tipo notícia:** Reportagem

**FIEAM SESI SENAI IEL**

**Página:** A5  
**Data de publicação:** 26/05/2026  
**Origem da notícia:** Iniciativa da mídia  
**Categorias:** Assunto de interesse  
**Valoração:** R\$ 12.807,95

## Acordo prevê 60 dias de transição

FIM DA 6X1 Governo Lula e Hugo Motta acordaram reduzir de 44 horas de trabalho para 42 em dois meses; e para 40 horas em um ano. Agência Brasil - O governo e a Câmara fecharam um acordo ontem que estabelece o prazo de 60 dias para o fim da escala 6x1 após a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Com a mudança, o trabalhador passará a folgar dois dias por semana já no início da transição. Também neste prazo, a jornada será reduzida de 44 para 42 horas semanais. No prazo de 12 meses após a promulgação, a jornada deve cair para as 40 horas semanais. A medida agora segue para análise dos parlamentares na Câmara e no Senado. A decisão foi anunciada pelo presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), acompanhado dos ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e das Relações Institucionais, José Guimarães. "A transição se dará dentro de um ano, não mais do que isso. Nós faremos a redução de 44 horas para 40 em um ano, após essa primeira redução de duas horas. Isso atende um apelo da classe trabalhadora, também escuta o setor produtivo. Dá um tempo para que os setores possam se organizar", afirmou Motta. O relator da PEC, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), deve apresentar o texto no final da tarde desta segunda-feira, na sessão da Comissão Especial que analisa o tema. A votação está prevista para quarta-feira (27) na Comissão e na quinta-feira (28) no Plenário da Casa. "Para o que mais interessa para o povo brasileiro, que foi o que mais motivou [o povo], que foi o fim da escala 6x1, não há transição, são 60 dias a partir da promulgação", destacou Prates. O presidente da Câmara, Hugo Motta, antecipou ainda uma proposta para que os microempreendedores individuais (MEIs) sejam autorizados a contratar mais empregados, aumentando ainda o valor do faturamento. Atualmente, os MEIs só podem contratar um trabalhador e devem ter um faturamento bruto de até R\$ 81 mil por ano para se enquadrar nessa categoria.

FIM DA 6X1

# Acordo prevê 60 dias de transição

Governo Lula e Hugo Motta acordaram reduzir de 44 horas de trabalho para 42 em dois meses; e para 40 horas em um ano

Agência Brasil - O governo e a Câmara fecharam um acordo ontem que estabelece o prazo de 60 dias para o fim da escala 6x1 após a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Com a mudança, o trabalhador passará a folgar dois dias por semana já no início da transição.

Também neste prazo, a jornada será reduzida de 44 para 42 horas semanais. No prazo de 12 meses após a promulgação, a jornada deve cair para as 40 horas semanais. A medida agora segue para análise dos parlamentares na Câmara e no Senado.

A decisão foi anunciada pelo presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB),

acompanhado dos ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e das Relações Institucionais, José Guimarães.

"A transição se dará dentro de um ano, não mais do que isso. Nós faremos a redução de 44 horas para 40 em um ano, após essa primeira redução de duas horas. Isso atende um apelo da classe trabalhadora, também escuta o setor produtivo. Dá um tempo para que os setores possam se organizar", afirmou Motta.

O relator da PEC, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), deve apresentar o texto no final da tarde desta segunda-feira, na sessão da Comissão Especial que analisa o tema. A votação



Presidente da Câmara Hugo Motta anuncia o acordo com o governo sobre a 6X1

está prevista para quarta-feira (27) na Comissão e na quinta-feira (28) no Plenário da Casa.

"Para o que mais interessa para o povo brasileiro, que foi o que mais motivou [o povo], que foi o fim da escala 6x1, não há transição, são 60 dias a partir da promulgação", destacou Prates.

O presidente da Câmara, Hugo Motta, antecipou ainda uma proposta para que os microempreendedores individuais (MEIs) sejam autorizados a contratar mais empregados, aumentando ainda o valor do faturamento. Atualmente, os MEIs só podem contratar um trabalhador e devem ter um faturamento bruto de até R\$ 81 mil por ano para se enquadrar nessa categoria.

Impresso:

<https://amazonclipv2.s3.amazonaws.com/impessos/2026/05/26/Ny0yNi0wNS0yMDI2XzA2OjI3.png>